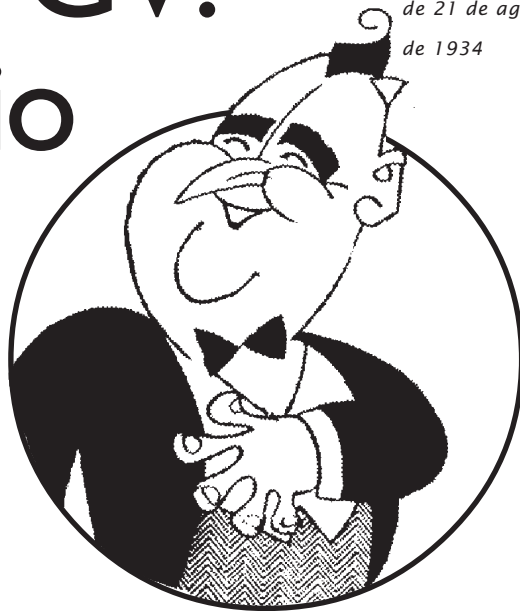


MARIA CELINA D'ARAÚJO

# 50 anos de FGV: um inventário político



Caricatura  
de Nássara para  
o **Suplemento**  
**do Bom Humor**,  
de 21 de agosto  
de 1934

**A** Fundação Getúlio Vargas, uma das instituições mais conceituadas no Brasil, decidiu comemorar meio século de existência de forma original. Para tanto, seguindo sua tradição de excelência, pediu a dois conceituados economistas e a um renomado cientista político, não integrantes de seu quadro docente, para passarem em revista os últimos cinquenta anos de história política e econômica do Brasil. O resultado não poderia ser melhor. Através de quatro artigos o leitor verá como, junto com a FGV, nascia naquele período do pós-guerra, um Brasil mais do que nunca orientado para grandes transformações e desafios. Dionísio Dias Carneiro e Marcelo de Paiva Abreu escrevem sobre os rumos, acertos e imprevistos da economia e Bolívar Lamounier faz o inventário da política(\*).

Como o título do livro sugere, o leitor ficará, desde o início, curioso para saber o que de fato mudou nestes últimos cinquenta anos em meio às estruturas que carregamos de um passado colonial, conservador e oligárquico. Mais do que isso, ficará igualmente inquieto para aferir que contribuições este último meio século poderá trazer no sentido de moldar perspectivas para o futuro. Vejamos, em curtas palavras, o que Bolívar Lamounier tem a nos dizer sobre esses dois pontos. Dividido em quatro partes, o artigo começa com um fina reflexão teórica sobre a formação dos Estados nacionais para concluir que o clássico recorte feito pela historiografia em 1930 deve ser entendido como um momento de

**MARIA CELINA D'ARAÚJO** é professora de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas. É autora de *Sindicato*, *Carisma e Poder: o PTB - 1945 a 1965* (Editora da FGV).

\* Bolívar Lamounier, "E no Entanto se Move: Formação e Evolução do Estado Democrático no Brasil, 1930-1944", in Bolívar Lamounier, Dionísio Dias Carneiro e Marcelo de Paiva Abreu, *50 Anos de Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1944. Também publicado em inglês, em 1995, pela mesma editora, com o título *50 Years of Brazil, 50 Years of Getúlio Vargas Foundation*.

Na outra página,  
foto histórica: em  
primeiro plano, da  
esquerda para a  
direita, Gregório  
Fortunato, Getúlio  
Vargas, Juscelino  
Kubitschek e Danton  
Coelho, 1951

*reconstrução* do Estado brasileiro. Paralelamente, chama atenção para a necessária distinção a ser feita entre o processo de *state building*, ou mesmo de *state sustaining*, e o de democratização. O Estado precederia a democracia, qualificada como um subsistema político-institucional relacionado à “instauração e à progressiva institucionalização dos princípios e procedimentos que regulam a competição periódica entre forças políticas organizadas pelo voto popular, com vistas à conquista de cargos públicos”. Seguindo a metáfora criada pelo autor, o Estado nacional seria a “rampa de lançamento” de um satélite chamado democracia. Quando o disparo é bem-sucedido, temos democracias estáveis e quando não o é o resultado fica prejudicado em vários graus dependendo de quão grave seja a falha técnica verificada no lançamento. Resumindo a metáfora, vale dizer que, consolidado o Estado brasileiro, a trajetória do satélite democrático ficou comprometida. O artefato não ganhou autonomia e não se manteve em órbita de forma estável. De um modo geral, um insucesso desse teor traduz as dificuldades de uma sociedade no sentido de criar sólidos mecanismos que representem a diversidade de interesses e as conseqüências daí decorrentes podem comprometer a própria unidade política do Estado. Ou seja, se a emergência do Estado nacional pode prescindir da democracia, sua manutenção só se dará pela presença de instrumentos democráticos. A verossimilhança deste argumento seria a recente implosão do “império” soviético.

Quais as razões para que o bem-sucedido construto estatal produzido na era Vargas não se fizesse acompanhar pelas necessárias invenções que produzissem democracia e estabilidade política? Por que o produto herdado está ainda indelevelmente marcado pelas tintas da desigualdade social e econômica? Até onde esse modelo estatal poderá ser mantido sem passar por uma nova fase de reconstrução? Que causas explicam a crônica instabilidade institucional no Brasil evidenciada no simples fato de que a constitucionalidade democrática foi gravemente atingida em mais da metade dos últimos cinquenta anos? As razões para tanto são buscadas no tripé arquitetado por Vargas nos anos 1930 como

contrapartida à reconstrução do Estado. O autor refere-se a um presidencialismo de caráter plebiscitário, ao estabelecimento de um sistema corporativo, instrumento através do qual se procurou regular o conflito político e, finalmente, à introdução de um modelo de representação política, qualificado como consociativo, no qual a preocupação maior era dar representação às minorias em vez de procurar produzir maiorias estáveis. “Presidencialismo plebiscitário, corporativismo e consociativismo: este tripé foi aos poucos se desenvolvendo com vistas à fixação da nova estrutura estatal, vale dizer, como arcabouço dos processos políticos de *state-maintaining*.”

Esta argumentação, como é várias vezes mencionado, já foi apresentada pelo autor em trabalhos anteriores, mas as boas idéias como os bons vinhos melhoram com o tempo. O que temos aqui é o aperfeiçoamento de uma perspectiva que tem nos ajudado a compreender nós górdios da vida política nacional e a “reorganizar questões”, aspecto considerado por Lamounier mais importante do que a simples agregação de novos dados. É com base nesse tripé que o autor se propõe a passar em vista os períodos de 1946 a 1964, o de 1964-1985 e o de 1985 até nossos dias. Mas como ficará claro desde o início, pode-se observar uma nítida ênfase na primeira questão – o presidencialismo – em detrimento das outras. Aliás, desde as discussões em torno do plebiscito de abril de 1993, o autor tem se dedicado a explorar o que seriam as conseqüências perversas do presidencialismo para a ordem institucional brasileira, sistema de governo considerado por ele mais propício a crises do que o parlamentarista

Para o período que antecede o golpe de 1964, é sublinhada a clivagem que se estabeleceu entre getulismo e antigetulismo, legado do referido modelo presidencialista associado ao carisma construído em torno de Vargas. A personalização do poder e a pouca relevância atribuída aos instrumentos institucionais de representação tiveram seu ponto alto com a eleição de Jânio Quadros, cujos desdobramentos não precisam ser lembrados. O autoritarismo decorrente do golpe de 1964, redundando em 21 anos de ditadura, é também enfocado tendo em vista aquela mesma



perspectiva do “fantasma plebiscitário”. Esse princípio originado em 1930 foi aprofundado nos anos 1950 e agravado durante a ditadura. Isso porque, segundo o autor, “represado para a presidência, o plebiscitarismo expressou-se seguidamente através de outros canais como as eleições de 1974 e 1978 para o Senado e de 1982 para os governos estaduais, a campanha das Diretas de 1984, e finalmente a eleição presidencial de 1989”.

Em que pese essa ênfase, a análise feita sobre o regime militar é indispensável aos que se interessam sobre o período. Principalmente porque, ao lado da abordagem política, é feita uma reflexão original do ponto de vista teórico que nos mostra como se pode introduzir, com sucesso, variáveis econômicas à análise política, coisa que a maior parte dos cientistas sociais brasileiros desaprendeu depois de tantos anos de vulgarização marxista. Além do aspecto negativo do rompimento do processo democrático, que como qualquer ruptura desse tipo sempre significa “um rompimento profundo no tecido social dos valores políticos” o autor lembra a excessiva duração do regime como um fator adicional perturbador à reconstrução democrática. Essa longevidade, assim como o gradualismo da abertura, esteve associada ao modelo econômico. A hipótese levantada é a de que a opção audaciosa na economia e a outra opção cautelosa na política decorreram tanto da rigidez institucional e militar gerada, particularmente, a partir de 1968, quanto do milagre econômico, produto de conjunturas internacionais favoráveis e dos arranjos introduzidos pelo governo Castelo Branco. O dilema do presidente Geisel e dos arquitetos da abertura era exatamente o de frear o autoritarismo no momento em que o quadro econômico apresentava mudanças menos alentadoras. Segundo o autor, o gradualismo se impôs na medida em que “a rigidez autoritária não seria feita com sucesso numa situação de forte desaquecimento econômico”.

A preocupação com questões macro do ponto de vista econômico enriquecem o raciocínio mas a certa altura não há como deixar de reivindicar um pouco mais de atenção para as clivagens militares na consolidação

do regime autoritário e na abertura política. Mas, num feliz jogo de compensações, o leitor terá uma brilhante análise sobre as mudanças no sistema partidário e o desempenho do sistema eleitoral, certamente uma das áreas em que Bolívar Lamounier tem nos proporcionado contribuições incomparáveis.

A parte final do trabalho é dedicada aos “prospectos democráticos dos anos 90”, tarefa que envolve um pouco de senso de previsibilidade e que por isso mesmo só alguns podem abordá-la com seriedade. Na avaliação do autor, a renovação política tem sido lenta, ajustes vários precisam ser feitos no sistema político, e ainda estamos vivendo uma “hipertrofia hiperativa”, situação na qual muito se promete e pouco se consegue realizar. Mas, apesar de tudo, há indicadores bastante positivos sinalizando os rumos de uma possível estabilidade democrática: a democracia é hoje um valor partilhado por quase todos os ângulos do espectro político, a questão ética passou a ser tratada com alguma seriedade e um presidente foi deposto sem que o país chegasse perto de uma ruptura institucional. De outro lado, contudo, a equidade social ainda está muito aquém de um patamar aceitável e não se pode desconsiderar os efeitos adversos que isso possa ter sobre a legitimidade do sistema político. Resolver a encruzilhada a que o país chegou neste fim de século significa, para o autor, redefinir tanto o Estado – reconstruí-lo – quanto suas bases de sustentação. O modelo getulista dá sinais de esgotamento. Mas, nesta redefinição, não podemos desconsiderar a importância do corporativismo, cupim secular a corroer as bases da integridade do Estado brasileiro. Este é um aspecto a que Lamounier não se dedica neste texto embora tenha contribuições importantes nesse sentido. Se, como diz Dionísio Dias Carneiro, ficamos 7% mais pobres entre os anos de 1980 e 1992, apesar de termos “experimentado uma notável queda no crescimento demográfico”, e se o corporativismo é parte indissociável de nosso modelo estatal, a título de um balanço de meio século, este ponto mereceria melhor tratamento. Certamente o autor o fará em outras oportunidades e não perderemos por esperar.